Operação Heavy Pen: Anvisa e Polícia Federal confrontam mercado irregular de canetas emagrecedoras em 12 estados

Insumo para mais de 1 milhão de dispositivos injetáveis, movimentação financeira milionária e substância sem registro para o combate da obesidade foram encontrados nas ações de fiscalização e apreensão



Ação foi aconteceu em 12 estados - Foto: Polícia Federal

Deflagrada no Dia Mundial da Saúde (7/4), a Operação Heavy Pen identificou insumo para a produção de mais de 1 milhão de canetas injetáveis e movimentação financeira de R$ 4,8 milhões em farmácias de manipulação de 12 estados. Conduzida pela Polícia Federal com apoio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), a ação conjunta também mapeou em três estados a retatrutida, substância que ainda não foi registrada por nenhuma agência reguladora do mundo.

A operação de combate à venda ilegal de medicamentos e insumos farmacêuticos para o tratamento da obesidade e controle da glicose cumpriu 45 mandados de busca e apreensão. As ações de fiscalização e apreensão foram deflagradas nos estados do Acre, Espírito Santo, Ceará, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, de Roraima, do Rio Grande do Norte, de São Paulo, de Sergipe e de Santa Catarina.

A retatrutida, agonista triplo de GLP-1, GIP e glucagon que ainda está em fase de estudo clínico, foi

apreendida no estado de Goiás e registrada em notas fiscais encontradas em empresas dos estados de São Paulo e Santa Catarina.

Na inspeção de uma das importadoras da região metropolitana de São Paulo, foram identificados R$ 4,8 milhões em possíveis transações irregulares a partir de notas fiscais recolhidas. O montante incluiu a movimentação de 3,5kg de tirzepatida, suficientes para produzir mais de 1 milhão de dispositivos injetáveis, e 14g de retatrutida, discrimadas no valor de R$ 39 mil.

Tirzepatida

As equipes da Anvisa identificaram ainda mais de 17 mil frascos de tirzepatida manipulados irregularmente, além de 509g do Insumo Farmacêutico Ativo (IFA) dessa substância. Durante a ação, também foram apreendidas mais de 37 mil ampolas de outras substâncias - 34.407 produtos manipulados sem prescrição e 2.936 de Lipo Blend (composto de HMB, cromo, taurina e outros).

No Pará, foram apreendidos relógios, veículos e motos de alto padrão, propofol e fentanil e anestésicos de alta letalidade. Também foi encontrada tirzepatida em um consultório odontológico que funcionava nas dependências de uma academia.

Consulta pública discute diretrizes para organização do SNVS

Proposta tem como objetivo aprimorar a descentralização de inspeções e fortalecer a integração entre União, estados e municípios

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) abriu uma consulta pública para tratar da regulamentação das diretrizes para a organização do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS). O objetivo é atualizar os critérios de descentralização das ações de licenciamento, inspeção e fiscalização sanitária, a partir de uma atuação mais integrada e harmonizada entre as três esferas do Poder Executivo.

Como participar

A íntegra da proposta e os documentos que subsidiaram sua elaboração podem ser consultados no Portal da Anvisa. A Consulta Pública 1.392/2026 fica aberta até 4 de julho.

A proposta, que busca revisar a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) 207/2018, introduz requisitos padronizados para a estruturação dos órgãos de vigilância sanitária em todo o país.

Entre os principais pontos de inovação estão a implementação do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), o estabelecimento de indicadores claros para avaliar a cobertura e a efetividade do Sistema e a definição precisa de competências para evitar que diferentes entes realizem a mesma fiscalização.

A proposta também pretende fortalecer a regionalização. A intenção é que a delegação de competências para inspeção e certificação de Boas Práticas considere o contexto de saúde local e a capacidade operacional de cada ente, para garantir que o Sistema seja mais efetivo e respeite as características regionais do Brasil.

Anvisa e Polícia Federal combatem comércio ilegal de medicamentos para emagrecimento

Ação ocorre em diversos estados e mira cadeia de produção e distribuição irregular

Foto: Polícia Federal

Com apoio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), a Polícia Federal (PF) deflagrou, na manhã desta terça-feira (7/4), a Operação Heavy Pen, com o objetivo de reprimir a entrada irregular no país, a produção clandestina, a falsificação e o comércio ilegal de medicamentos e insumos farmacêuticos destinados ao emagrecimento.

Estão sendo cumpridos 45 mandados de busca e apreensão, além da realização de 24 ações de fiscalização, nos estados do Acre, Espírito Santo, Ceará, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, de Roraima, do Rio Grande do Norte, de São Paulo, de Sergipe e de Santa Catarina.

A ação tem como foco o enfrentamento de grupos envolvidos na cadeia ilícita desses produtos, desde a importação fraudulenta até a distribuição e comercialização irregular de substâncias de uso injetável, o que envolve sérios riscos sanitários.

As ações concentram-se, especialmente, em produtos à base de princípios ativos como semaglutida e tirzepatida, amplamente utilizados em tratamentos para obesidade, além de substâncias correlatas, como a retatrutida, ainda sem autorização para comercialização no Brasil.

Durante as diligências, também são fiscalizados estabelecimentos como laboratórios de manipulação, clínicas estéticas e empresas que atuam à margem da regulação sanitária, com produção, fracionamento ou comercialização de medicamentos sem registro ou de origem desconhecida.

Os elementos colhidos subsidiarão investigações em curso. As condutas investigadas podem caracterizar crimes relacionados à falsificação e comercialização irregular de medicamentos, além de contrabando.

Fonte: Anvisa, em 07.04.2026.